



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CELIA RITA MACIEL

RESUMO

A proposta deste estudo é fazer uma análise de quais desafios e avanços têm perpassado a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil. O público normalmente atendido pela EJA faz parte de uma parcela da sociedade que se vê histórica e socialmente alijada de seus direitos. A educação brasileira é reflexo dos problemas estruturais da sociedade, desde os primórdios da nossa história. Questões econômicas, políticas e éticas impedem a equidade e a igualdade (na prática) de direitos legalmente constituídos. E esse é o grande mote da questão: igualdade não é garantia de sucesso. Onde as realidades são diversas, é preciso que haja equidade e oportunidades diferentes para indivíduos que vivem contextos diferentes. Ao longo dos anos, algumas políticas públicas foram empreendidas no sentido de valorizar este segmento da educação, mas muito ainda precisa ser feito. Aspectos como investimentos financeiros, formação de professores, políticas de inclusão e permanência na escola precisam ser constantemente revistos e reformulados, bem como a flexibilização de currículos e um olhar atencioso sobre o Projeto Político Pedagógico das escolas que abarcam este segmento.

Palavras-chave: Aprendizagem; Protagonismo; Cidadania; Reparação; Planejamento.

1 INTRODUÇÃO

A educação, no Brasil, traz em seu percurso resquícios de um país que sempre esteve à margem e sempre reproduziu na escola suas mazelas econômicas e sociais. Muito tem sido feito para assegurar o direito constitucional de educação para todos, mas ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas. Principalmente quando se fala na EJA, muitas políticas públicas foram implementadas, ao longo dos anos, algumas exitosas, outras nem tanto. Mas, o fato é que estes alunos merecem propostas diferenciadas, uma vez que, por algum motivo, não conseguiram vencer as etapas do ensino regular com êxito e na idade prevista. Entretanto, estão no banco da escola, agora, e este déficit precisa ser suprido.

O ensino na EJA não pode ser visto apenas como meta numérica a ser cumprida pelas escolas, secretarias, governos municipais e estaduais e o Ministério da Educação. Precisa ser uma causa abraçada com responsabilidade e dedicação, para que se possa oferecer oportunidades reais de resgate do tempo perdido, para estes estudantes, proporcionando melhores condições de trabalho, de convivência e de participação sociocultural.

Os alunos da EJA fazem parte de um segmento da sociedade silenciado, em uma estrutura social que os coloca em posições historicamente invisibilizadas e só a educação poderá tirá-los deste lugar e fazê-los ocupar aquele que é seu, por direito.

Um dos grandes problemas da EJA é ela ser vista apenas como reparatória, construída num contexto de reposição de conteúdo perdido, no ensino regular, sem se atentar para as reais necessidades do aluno, naquele exato momento. A verdade é que os alunos da EJA têm uma vivência pessoal que trazem como bagagem, para a sala de aula, que não pode ser ignorada, ao contrário, precisa ser usada em favor do planejamento curricular. É preciso olhar o aprendizado do aluno adulto ou jovem adulto sob a perspectiva de que o amadurecimento traz novas possibilidades, que no tempo que ele estava fora da escola ou frequentando em condições

inadequadas, não tinha plena consciência. Tudo foi aprendido. Situações positivas ou negativas, vividas naquele tempo, podem ser usadas como exemplos de sucesso ou de fracasso e servirem como incentivo de mudanças.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, pois busca compreender a natureza do fenômeno social (Gil, 2007); baseada em leituras e experiência profissional da pesquisadora, que atua no segmento da EJA por muitos anos. A característica é exploratória, uma vez que objetiva proporcionar familiaridade com o problema (Gil, 2007). A análise dos conteúdos foi feita a partir da identificação de padrões e temas comuns nas literaturas e nas práticas pedagógicas, através de convergências e divergências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EJA é uma perspectiva educacional de reparação para com pessoas jovens, adultas e idosas, que não conseguiram concluir seus estudos na modalidade regular, mas que precisam ultrapassar os limites impostos pela palavra “reparação” (grifo meu), pois ela, por si só não basta para entregar ao indivíduo o protagonismo que lhe é devido. Os motivos que levaram estas pessoas a interromper os estudos, bem como os que os incentivaram a retomá-los, são diversos e a escola precisa estar pronta para acolhê-las, à revelia destes motivos e torná-las cidadãos independentes, capazes e responsáveis por suas histórias.

A educação é um direito de todos e um dever do Estado, garantido pela Constituição Federal (Brasil, 2016). Essa garantia é fundamentada em outros documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394 (Brasil, 1996), Artigo 1º; o Plano Nacional de Educação – PNE 13.005, Artigo 2º (Brasil, 2014); o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), Artigo 53, entre outros, de nível internacional e dos estados e municípios. No entanto, na prática, essa garantia faz parte de uma luta diária que se desenrola na história do nosso país. Historicamente, a escola continua reproduzindo as desigualdades socioeconômicas e culturais, o que neste país, não é pouca coisa. Em se tratando da EJA, os prejuízos das desigualdades tomam dimensões maiores.

É necessário que se pense a EJA como um público específico e diverso, com particularidades que precisam ser respeitadas. Um público que, em sua maioria, permanece à margem da sociedade e que precisa ter sua trajetória reconhecida e respeitada para que tenha acesso a uma educação de qualidade e diferenciada. Não adianta oferecer o mesmo planejamento, as mesmas ações, a mesma organização curricular do ensino regular que não lhes bastou em algum momento anterior, que não supriu suas demandas de aprendizagem, seja por quais motivos forem. A realidade de jovens e adultos exige um fazer diferente, contextualizado com sua realidade de vida.

Os primeiros passos para a inserção dos alunos adultos na escola foram dados no Governo do Presidente Getúlio Vargas e de lá para cá muitas políticas educacionais foram implementadas, muitas delas paliativas, outras inócuas e algumas realmente positivas (Viegas; Moraes, 2017).

Na década de 40, a EJA começou a ser reconhecida, através de políticas públicas (Haddad; Di Pierro, 2000). No entanto, a ditadura militar interrompeu os avanços que vinham sendo alcançados, limitando as possibilidades que estavam sendo promissoras, com o lançamento do Programa Nacional de Alfabetização – PNA, lançado em 1961/1962, pelo Ministério da Educação. Paulo Freire trouxe inúmeras reflexões sobre a permanência dos adultos na escola e foi uma construção histórica para a EJA. No entanto, foi duramente perseguido durante a ditadura, por difundir ideologias contrárias aos propósitos ditatoriais. Mas, não conseguiram calar a sua voz e sua contribuição é simbólica para a alfabetização e para a educação brasileira.

Em 1969 foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que, segundo Viegas e Moraes (2017), não passou de uma instrumentalização dos alunos, cujo compromisso único era ensinar letras e números, sem nenhum comprometimento com a cidadania.

A ditadura trouxe um retrocesso para a educação e, principalmente para a EJA (Haddad; Di Pierro, 2000). O panorama da EJA, no período pós-ditadura, estava mais fragmentado que antes. O então presidente José Sarney extinguiu o MOBRAL em 1985. Apenas em 1996, com a vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Brasil, 1996), novas propostas começaram a ser implementadas, com relação à EJA.

Este processo de idas e vindas na construção histórica e nas políticas públicas dificultou muito o avanço do acesso dos jovens e adultos na escola, no período pós-ditadura (Haddad; Di Pierro, 2000). Atualmente, existe uma preocupação maior com este segmento, em termos de investimento e amparo legal; ainda não é o ideal, mas é uma perspectiva.

Muito ainda precisa ser feito, a começar pela formação de professores. O trabalho com a EJA exige um perfil profissional específico. O conteúdo precisa ser contextualizado e alinhado com a formação cidadã e o preparo para o mercado de trabalho. Em muitas escolas, a EJA não recebe atenção adequada, na construção do Projeto Político Pedagógico, e o planejamento curricular fica prejudicado, pois não existe empenho na organização metodológica e nas intervenções pedagógicas necessárias. É importante que os docentes tenham acesso a programas de formação que lhes permitam estar preparados para o enfrentamento das dificuldades e desafios presentes na EJA, e que recebam apoio e incentivo necessários para que possam se empenhar.

Outra grande dificuldade observada na EJA é a evasão e a infrequência. A população da EJA é flutuante. Muitos alunos se matriculam e depois não conseguem prosseguir, pois a carga horária de trabalho é pesada, os compromissos familiares e, às vezes, a falta de atrativos de um currículo mal planejado ou inadequado para a sua faixa etária ou realidade social; acabam sentindo-se sobrecarregados e muitos não conseguem conciliar, terminando por abandonar o curso.

Um dos pilares da EJA é o protagonismo dos alunos, que devem ter a oportunidade de crescimento individual, além do intelectual, tornarem-se responsáveis por um movimento de transformação, serem agentes da sua própria vivência. O protagonismo vem da valorização dos docentes, da autoestima positiva, do sentir-se seguro, para inserir-se no mercado de trabalho e agir com desenvoltura social. A escola precisa ser espaço de apropriação de valores, habilidades e competências; alunos com mais experiência de vida conseguem adaptar-se a situações de aprendizagem mais democráticas e colaborativas, uma vez que trazem consigo vivências multiculturais, capazes de promover maturidade, reflexão sobre questões sociais, de cidadania, sobre a realidade vivida por eles, seus familiares e sua comunidade. O uso de metodologias que promovem engajamento e participação ativa aumenta as possibilidades de permanência dos alunos da EJA na escola, bem como um planejamento adequado às suas necessidades, que possibilite uma aprendizagem realmente significativa. Para tanto, os Projetos Político Pedagógicos e os currículos precisam ser adaptados, de forma a valorizar os saberes e o conhecimento de mundo destes alunos, incentivando sua autonomia.

“Diversidade” (grifo meu) talvez seja a palavra que melhor defina a realidade da EJA: cada aluno tem uma história de vida, origem, contextos sociais, carregados de experiências, derrotas, vitórias, recomeços e tudo isso precisa ser valorizado para que encarem seus desafios com coragem, resiliência e perseverança. Cada conquista para eles é de extrema importância; vencer as limitações, o preconceito, empoderar-se, tornar-se um cidadão atuante, tudo isso começa num banco de escola.

A interação professor/aluno/escola precisa ser abrangente, utilizando metodologias acessíveis, porém desafiadoras, revendo conceitos, ampliando o leque de intervenções são recortes que merecem atenção especial do educador, principalmente nesta modalidade de

ensino. A organização do tempo na EJA requer planejamento estratégico, uma vez que os períodos letivos são curtos. É preciso cuidar para que o ensino seja personalizado, para que as aprendizagens não se percam na fluidez de propostas e metodologias passageiras. Os docentes precisam criar possibilidades de intervenções didático pedagógicas que proporcionem um espaço produtivo de conhecimentos individuais e coletivos significativos.

O que se espera do professor já não se resume ao formato expositivo das aulas, a fluência vernácula, à aparência externa. Precisa centralizar-se na competência estimuladora da pesquisa, incentivando com engenho e arte a gestão de sujeitos críticos, autocrítica, participantes e construtivos (Demo, 1996, p. 13).

O professor, portanto, deve ser o mediador do processo ensino-aprendizagem, sem deixar de lado toda a experiência de vida do aluno da EJA.

4 CONCLUSÃO

A construção histórica da Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, passou por diversos momentos, impasses, fracassos e algum sucesso. Todos os percalços enfrentados pela precarização da educação, no país, são intensificados na EJA, visto que seu público já carrega um estigma, uma história de exclusão que causa grande impacto na sua permanência na escola.

A escola precisa assumir um compromisso sério e verdadeiro com a modalidade de ensino da EJA, possibilitando adequação de currículos, formação continuada de professores, Projeto Político Pedagógico coerente, alinhado aos documentos oficiais, mas respeitando as diversidades que contemplam os alunos jovens, adultos e todas as suas complexidades.

Este estudo abre muitas possibilidades de aprofundamento e outros recortes pertinentes à formação de indivíduos e cidadãos protagonistas que são os alunos da EJA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-Nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 2 abr. 2025.

DEMO, P. **Educação e conhecimento**: relação necessária. São Paulo: Cortez, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

VIEGAS, A. C. C.; MORAES, M. C. S. de. Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 1, p.456-478, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21723/riace.v12.n1.7927>. E-ISSN:

1982-5587. Acesso em: 2 abr. 2025.